



Certificação Orgânica de Cultivos de Guaraná Originários de Sementes Nativas pelas Comunidades Tradicionais do Alto Urupadí, Maués, AM

Organic Certification of Guarana Crops Originating from Native Seeds by the Traditional Communities of Alto Urupadí, Maués, AM

Cloves Farias Pereira¹; Suzy Cristina Pedroza da Silva²; Miquel Victor Batista Donegá³; Therezinha de Jesus Pinto Fraxe⁴; Sophia Kathleen da Silva Lopes⁵; Stephany Farias Cascaes⁶; Orlanda da Conceição Machado Aguiar⁷; Sidney Viana Cad Junior⁸; Lídia Letícia Lima Trindade⁹; João Vitor Ribeiro Gomes Pereira¹⁰

¹Universidade Federal do Amazonas, cloves@ufam.edu.br, Manaus – AM; ²Universidade Federal do Amazonas, suzyycris@gmail.com, Manaus – AM; ³Universidade Federal do Amazonas, miquelbatista1@gmail.com, Manaus – AM ⁴Universidade Federal do Amazonas, tecafraxe@uol.com, Manaus – AM; ⁵Universidade Federal do Amazonas, sophiakathleen03@gmail.com, Manaus – AM ⁶Universidade Federal do Amazonas, phany.cascaes@gmail.com, Manaus – AM; ⁷Universidade Federal do Amazonas, landinha.machado@gmail.com, Manaus – AM; ⁸Universidade Federal do Amazonas, sidney.cad.sc@gmail.com, Manaus – AM; ⁹Universidade Federal do Amazonas, lidia.leticia.ll@gmail.com, Manaus – AM; ¹⁰Universidade Federal do Amazonas; vitorpvhbr@gmail.com, Manaus – AM.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de certificação em grupo, com o propósito de documentar essa experiência para que sirva de base para a valorização dos produtos das comunidades tradicionais, por fim, busca refletir sobre a importância das sementes nativas na conservação da agrobiodiversidade da Amazônia. O estudo foi realizado na região do Alto Urupadí, no município de Maués. A pesquisa consistiu em um estudo sociológico e etnográfico. Os resultados demonstram que as espécies agrícolas mais cultivadas são o guaraná e a mandioca que estão imbricados no sistema agrícola tradicional. Este sistema adquire um significado especial, porque os moradores combinam o manejo múltiplo dos ambientes e uma diversidade de plantas cultivadas e agora passam para uma importante fase, a certificação em grupo. O manejo tradicional alinhando com a certificação em grupo foi entendido como uma inovação social, assim seus produtos são diferenciados e podem acessar os mercados nacional e internacional.

Palavras-chave: Inovação social, diferenciação, mercado e produtos orgânicos.



Abstract

This work aims to describe the group certification process, with the purpose of documenting this experience to serve as a basis for valuing the products of traditional communities, finally, seeks to reflect on the importance of native seeds in the conservation of agrobiodiversity in the Amazon. The study was carried out in the Alto Urupadí region, in the municipality of Maués. The research consisted of a sociological and ethnographic study. The results show that the most cultivated agricultural species are guarana and cassava that are imbricated in the traditional agricultural system. This system acquires a special meaning, because the residents combine the multiple management of the environments and a diversity of cultivated plants and now move to an important phase, the organic certification of guarana. The traditional management carried out was understood as a social innovation, so its products are differentiated and can access the national and international markets.

Keywords: *Social innovation, differentiation, market and organic products.*

Introdução

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define agrobiodiversidade ou diversidade agrícola como sendo um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e para a alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e microorganismos, nos níveis genéticos, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e seus processos.

A agrobiodiversidade vem adquirindo novas configurações a partir do debate atual sobre desenvolvimento rural sustentável, ao ponto de repercutir sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção de segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável (SANTILLI, 2009).

A agricultura tradicional vem, de forma peculiar, assumindo características que a distinguem de outras regiões do Brasil, porque não se resume apenas ao fato de cultivar alimentos, mas em construir e transmitir uma vasta gama de informações socioculturais, ecológicas e econômicas, à medida em que se desenvolve.

Emperaire (2001) enfatiza o papel das redes sociais na aquisição e na manutenção de recursos genéticos vegetais, sobretudo de espécies significativas para populações da Amazônia, como é o caso da mandioca, e atribui a elevada diversidade de variedades na região de São Gabriel da Cachoeira e no Alto Rio Negro, principalmente às redes de intercâmbio e à importância dada às novas variedades oriundas de sementes.

Na região do Alto Urupadí, o sistema agrícola tradicional adquire um significado especial, porque os agricultores cultivam guaraná com mudas nativas. A construção dos guaranazais envolve o conhecimento tradicional no uso da floresta, enfocando principalmente os lugares de seleção das mudas nativas de guaraná. Isso demonstra que esses lugares funcionam como um



banco de agrobiodiversidade, sobretudo porque é na escolha das mudas que começa a saga para a construção cultural do guaranazal, contendo uma variedade de mudas nativas de guaraná e uma diversidade genética.

Por outro lado, a CDB, no entanto, tem sugerido o desenvolvimento de mercados para os produtos associados aos Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA) e seus sistemas agrícolas tradicionais, inclusive, formas associadas à valorização através de selos e certificações que valorizam critérios ambientais, especificidades territoriais (TRICAUD et al., 2016).

Todavia, por mais que as comunidades tradicionais do Alto Urupadí estejam associadas aos sistemas agrícolas tradicionais de cultivo de guaraná altamente complexos e sofisticados, e suas manutenções devam-se ao conjunto de saberes e de práticas comprometidas com a conservação da agrobiodiversidade, o guaraná precisa passar por um processo de certificação para ser classificado como orgânico.

O processo de certificação é uma obrigatoriedade para garantir ao consumidor que aquele produto foi produzido conforme uma série de dispositivos legais de garantia da qualidade orgânica. Destaque para a Lei Federal 10.831, que estabelece as normas de produção, embalagem, distribuição e rotulagem para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Segundo o decreto nº 6.323, que disciplina medidas relativas à qualidade dos produtos e processos de avaliação da conformidade orgânica, o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é integrado por três mecanismos: Auditoria (individual ou em grupo), certificação participativa (SPG) e organizações de controle social (OCS).

Segundo a Instrução Normativa nº 19, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a certificação por auditoria pode ser concedida para um grupo de agricultores (pequenos produtores, agricultores familiares, projetos de assentamento, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e extrativistas). Nesse sentido, designa-se como grupo “um conjunto de pessoas organizadas de maneira formal ou informal que realiza ações coletivas de monitoramento mútuo e avaliação da conformidade das unidades de produção dos fornecedores”.

Destaca-se que a escolha da certificação por auditoria teve duas razões. A primeira de ordem econômica, a certificação por auditoria possibilita que o guaraná certificado na Amazônia possa ser reconhecido nos mercados europeus e norte-americano como orgânico. Em segundo, os agricultores fazem parte de um conjunto de famílias extensas distribuídas pelo Alto Urupadí, aparentadas pelas relações de parentesco propriamente ditas, compadrio e vizinhança, possibilitando a consolidação do vínculo dos agricultores para que se agrupem. Nesse sentido, uma certificação em grupo permite que os agricultores tenham controle as formas tradicionais de cultivo de guaraná e quando as regras não são respeitadas aumenta os riscos potenciais de comprometimento da qualidade orgânica.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo descrever o processo de certificação em grupo, em comunidades tradicionais, com o propósito de documentar essa experiência para que sirva



de base para a valorização dos produtos das comunidades tradicionais, por fim, busca refletir sobre a importância das sementes nativas na conservação da agrobiodiversidade da Amazônia.

Metodologia

O estudo foi realizado na região do Alto Urupadí, com 15 propriedades localizadas nas comunidades tradicionais denominadas de Santa Luzia, São Sebastião, Nossa Senhora de Nazaré e Brasília, todas localizadas no município de Maués, no Amazonas (Figura 1).

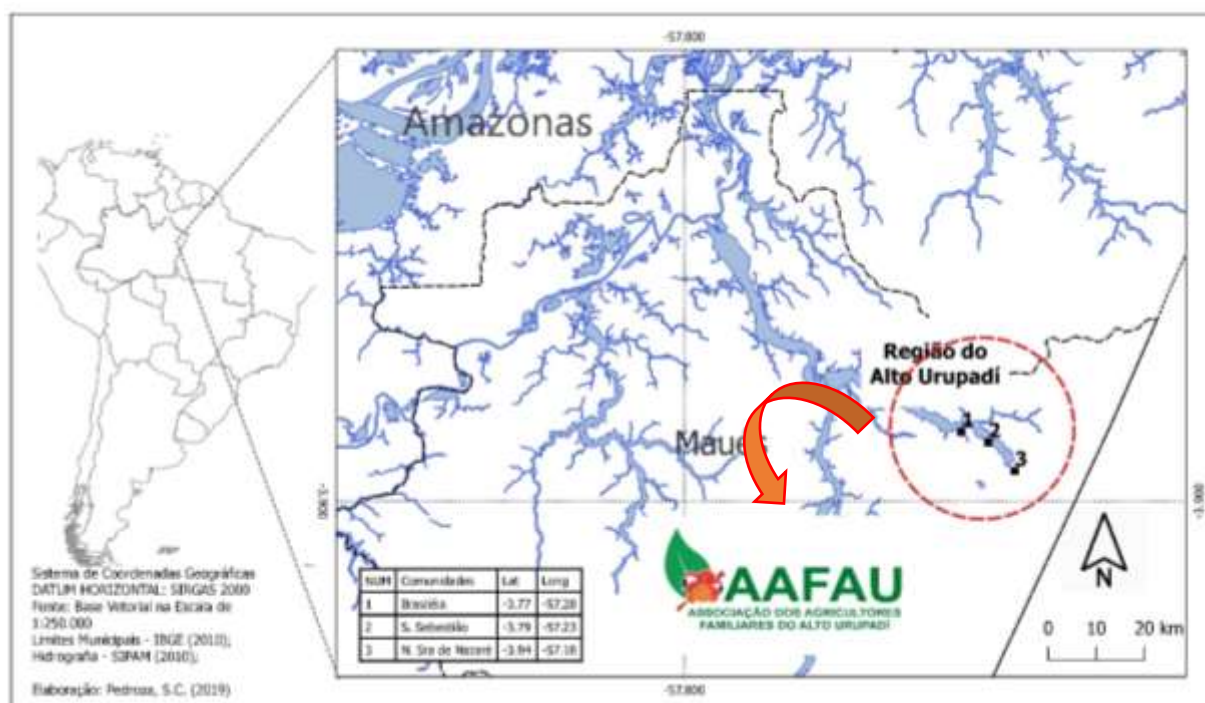


FIGURA 1. Localização das comunidades tradicionais do Alto Urupadí.

A pesquisa consistiu em um estudo sociológico, com abordagem descritiva, tendo como procedimento técnico um estudo etnográfico (GEERTZ, 1989), que contou com fontes de informação provenientes do trabalho de campo, realizado nas quatro comunidades tradicionais.

A pesquisa utilizou como instrumentos de coleta de dados a observação participante sobre o processo produtivo das comunidades tradicionais, que envolve uma série de práticas cotidianas pelas quais os moradores que as praticam asseguram a sua reprodução social.

Desenvolvimento

Aspectos produtivos das comunidades do Alto Urupadí

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020.



No passado, *garimpeiros*, *balateiros*, *extratores de pau rosa* e muitos outros extrativistas adentraram no Alto Urupadí em busca dos recursos naturais. Muitos partiam de Maués, outros vinham pelo rio Tapajós, principalmente de Itaituba, município localizado no Sudoeste do Pará. Muitos destes agentes sociais permaneceram no Alto Urupadí, estabelecendo alianças com os moradores das comunidades tradicionais e povos indígenas, principalmente por meio de alianças de casamento, e que se formaram as comunidades Brasiléia, São Sebastião e Nossa Senhora de Nazaré, e conseqüentemente, à formação da sociabilidade nos termos McCallum (1998).

Cada comunidade define seu lugar e estabelece critérios para acesso aos recursos naturais. Para os moradores, quando as regras que orientam as formas de acesso e uso dos lugares não são respeitadas, os mecanismos de defesa são adotados para inibir o acesso de agentes externos às comunidades. É neste sentido que utilizamos a homologia do termo território com a noção denominada por Augé (1994), como lugar.

O sistema agrícola tradicional está associado, de modo intrínseco, à floresta de trabalho, à terra de trabalho e à água de trabalho (WITKOSKI, 2007). O calendário de produtivo tem uma dinâmica social que estabelece relações entre os ambientes, que ocorre comumente do final de janeiro a março; de modo combinado, os grupos domésticos utilizam a floresta para a extração do açaí e da palha, além da captura de mamíferos, visando ao consumo. A produção agrícola entra no universo da vida pela colheita do guaraná e da mandioca. Na pesca, os grupos domésticos capturam uma diversidade de espécies segundo a variação sazonal. Conciliar o interesse nos três ambientes, simultaneamente, compõe as estratégias de organização social, produtiva e política do sistema agrícola tradicional.

A terra de trabalho conserva as condições de que os moradores necessitam para a subsistência. A agricultura é desenvolvida em ambientes de terra firme, excepcionalmente algumas famílias cultivam nas praias, que surgem na estação das secas. A escolha do terreno do roçado nas áreas elevadas minimiza os impactos socioeconômicos ocasionados pelas águas, que restringem o tempo da colheita da produção, tornando o trabalho mais intenso na estação da enchente.

A pesquisa revelou que as espécies agrícolas mais cultivadas são o guaraná e a mandioca, seguidos em menor proporção da melancia, abóbora, feijão, milho, abacaxi, banana, macaxeira, maxixe, cará e cupuaçu (Figura 2).

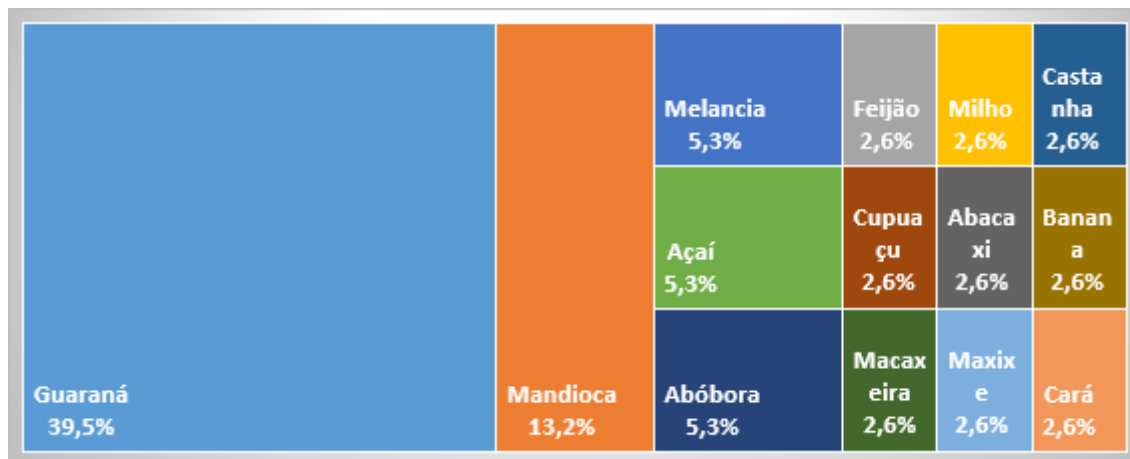


FIGURA 2. Principais Cultivos Agrícolas do Sistema Agrícola Tradicional do Alto Urupadí.

Para os grupos domésticos das quatro comunidades, o sistema agrícola tradicional adquire um significado especial, porque os moradores combinam o manejo múltiplo dos ambientes e uma diversidade de plantas cultivadas. Além disso, existe uma complementaridade espacial e temporal entre o cultivo de guaraná e os lugares das mudas nativas de guaranazeiros.

Quando a matriz do guaranazeiro floresce no estrato superior da floresta e os frutos caem no chão, nascem os filhos de guaraná, que são plantas não cultivadas nos termos de Posey (2001). Isso demonstra que os lugares onde os agricultores retiram às mudas nativas de guaraná funciona como um banco de agrobiodiversidade, sobretudo porque possibilita o manejo de uma diversidade de plantas, que são classificadas, transplantadas, manejadas e cultivadas nos guaranazais.

No conhecimento tradicional, os filhos de guaraná que se espalhavam por debaixo da matriz de guaranazeiro, planta mãe, apresentam-se de duas formas aos seus olhos: as de folhas mais largas, classificadas por ele como planta fêmea, e, portanto, as de interesses dos moradores, por serem estas as plantas que serão mais produtivas; e as plantas de folhas mais estreitas, que serão de baixa produtividade, classificadas como planta macho (Figura 3).



FIGURA 3. Lugar das mudas nativas de guaraná.

É na escolha dos filhos de guaraná ou plantas fêmeas, no meio da floresta de trabalho, que começa a saga para o sucesso ou insucesso na construção da roça de guaraná. Portanto, o conhecimento tradicional daqueles homens e mulheres não deixa dúvida: o processo de classificação das mudas resultará em roças com uma riqueza de agrobiodiversidade.

A extração dos filhos de guaraná e o seu plantio nas roças se dá nos meses de janeiro e fevereiro, quando as chuvas permitem um bom crescimento. Os filhos de guaraná são colocados em “paneiro” e levados até uma área úmida, como os igarapés e córregos. Em seguida, os moradores providenciam a abertura das covas, adubando-a com terra preta e cinza, e posteriormente executando o plantio.

Essas atividades costumam ser coletivas, com auxílio das mulheres e das crianças. Enquanto os homens cavam a terra e misturam a terra preta e cinza que será depositada na cova, as mulheres transportam os filhos de guaraná das áreas úmidas para o roçado (Figura 4). Coloca-se palhas sobre as mudas nativas com finalidade a proteção do sol excessivo da região, mas também a proteção das intensas chuvas amazônicas.



FIGURA 4. Plantio da muda silvestre e cobertura da muda nativa de guaraná com palha.

Os filhos de guaraná levarão de cinco a seis anos para iniciar a produção. Nos primeiros anos começa com uma carga pequena, mas à medida em que os anos incidem, as plantas passam a produzir mais, chegando ao seu cume aos 10 anos.

Certificação orgânica do guaraná

Os agricultores perceberam que o conhecimento tradicional e as formas de cultivo do guaraná se ajustavam perfeitamente à legislação brasileira que trata da produção orgânica. Os agricultores identificaram os critérios tradicionais de produção de guaraná, que foram sistematizados e organizados em um documento chamado Acordo comunitário para produção orgânica do guaraná no Alto Urupadí, onde cada agricultor e sua família compromissou-se a cumprir. Caso contrário, estaria sujeito à penalidade, podendo até ser excluído do grupo, caso deixasse de seguir o acordo coletivo (PEREIRA, et al., xx).

Em novembro de 2017, os agricultores receberam a declaração de cadastro de Organização de Controle Social (OCS), emitida e entregue pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O credenciamento do OCS, bem como o cadastro de produtor orgânico entregue aos agricultores, garantiu não só a qualidade orgânica do guaraná, mas também permitiu que os mesmos pudessem comercializar diretamente o guaraná orgânico na Feira da Produção Familiar da Universidade Federal do Amazonas (AGROUFAM).



Com isso, através da OCS, os agricultores passaram a ser reconhecidos no município de Maués pela marca Guaraná Selvagem Urupadí. José Cristo de Oliveira, presidente da Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadí (AAFAU), afirmou que: “com o papel [declaração de cadastro de produtor orgânico], a gente só precisa colocar aqui na barraca que o consumidor compra confiante na qualidade do produto”.

A conquista da declaração de OCS consolidou ainda mais a iniciativa de valorização do sistema agrícola tradicional de cultivo de guaraná. Além disso, promoveu uma aproximação de empresas que atuam no campo da responsabilidade sociambiental, ao passo que essas empresas incentivaram a certificação por auditoria com a finalidade de exportar o guaraná para os mercados europeu e norte-americano.

Em 2019, os agricultores iniciaram o processo de certificação orgânica do guaraná visando o mercado internacional. Nesse sentido, o processo de organização do projeto envolveu a participação do Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas (NUSEC/UFAM) na elaboração do Sistema de Controle Interno da Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadí (SCI AAFAU), responsável pela garantia da qualidade orgânica do guaraná cultivado nas comunidades tradicionais.

O SCI AAFAU tem como base o Acordo comunitário para produção orgânica do guaraná no Alto Urupadí que possui os seguintes requisitos mínimos para produção orgânica de guaraná:

- Conhecer e cumprir a legislação da agricultura orgânica
- Conhecer o manual de procedimentos do SCI.
- Participar das reuniões do Grupo e das visitas de pares.
- Viabilizar o acesso a todas as instalações, aos registros e documentos da unidade de produção, quer da própria unidade ou das demais que estiver relacionada com a atividade verificada.
- Responsabilizar-se individualmente pela garantia dos seus próprios produtos e, de forma participativa, pela garantia dos produtos dos demais membros do Grupo.
- É proibido o uso de insumo químico e tóxico na propriedade, em caso de dúvidas quanto ao uso de determinado composto, o agricultor deverá consultar os outros membros do grupo, caso persista a dúvida, o SQI deverá ser consultado.
- Todos os membros devem proteger as matrizes de guaraná nativa existente na floresta para poder retirar as mudas e domesticá-las.
- Selecionar sementes das matrizes de guaraná sadia e produtivas para fazer mudas.
- Fazer plantio de guaraná somente em capoeira, desde que solicitada autorização.
- Fazer consorciamento de plantas nos guaranzais, inclusive com urucum, ingá, embaúba, cajuzeiros e outros para adubação verde.



- Todos os membros devem ter seus barracões apropriados com os seguintes materiais: forno de barro e/ou ferro, gamela, pano, saco de fibra, peneira e fumeiro, pilão de mão, bem como manter limpos os equipamentos e o local.
- Todos os membros devem ter suas ferramentas e equipamentos para o uso de suas atividades (terçado, tesoura de poda, enxada, pá, carro de mão, foice, roçadeira, machado, bota, luva, chapéu e outros).
- Fazer os tratamentos culturais nos guaranazais 2 vezes ao ano, fazendo a capina, cobertura morta e poda.
- Lavar os equipamentos que serão utilizados na colheita.
- Após a colheita, o guaraná deve ser guardado 3 dias para descascar. O guaraná não poderá ser pisado para despolpar e nem deixar o guaraná no chão. Em seguida lavar, escaldar e torrar no forno, podendo ser colocado até 60 litros de guaraná para torragem em forno acima de 5 palmos.
- Colocar o guaraná torrado em sacas de sarrapilha que deve ser armazenado no estoque comunitário, identificando cada agricultor com o código único do sistema municipal de rastreabilidade dos produtores de guaraná de Maués.
- Fazer um barracão apropriado para defumar os bastões de guaraná, de preferência com aproveitamento de árvores mortas.
- O guaraná em carroço deve estar bem torrado e o bastão bem corado e aprovado pelo responsável da AAFAU escolhido em assembleia ordinária.
- O armazenamento do guaraná será de responsabilidade da AAFAU, que indicará uma coordenação que retirará o guaraná do estoque comunitário para a unidade de processamento na cidade de Maués e Parintins. A coordenação ficará responsável pela identificação da rastreabilidade, caso o membro não leve o guaraná para o estoque comunitário, o guaraná não será recolhido.
- Quando for fazer a retirada do guaraná no estoque comunitário para a unidade de processamento, a AAFAU designará uma coordenação.
- Não é permitido aos membros estabelecer suas culturas em outro lugar senão naquele indicado no plano de manejo orgânico.
- Quando o agricultor tiver mais de um guaranazal, serão numerados para facilitar a visita do Grupo, registrando os tratamentos culturais separadamente por área produtiva.

O SCI AAFAU é responsável pela supervisão e implementação do Plano de Manejo Orgânico do grupo, de modo a garantir a qualidade orgânica do guaraná e a qualificação do grupo (Figura 5). A seguir o fluxograma do SCI AAFAU:

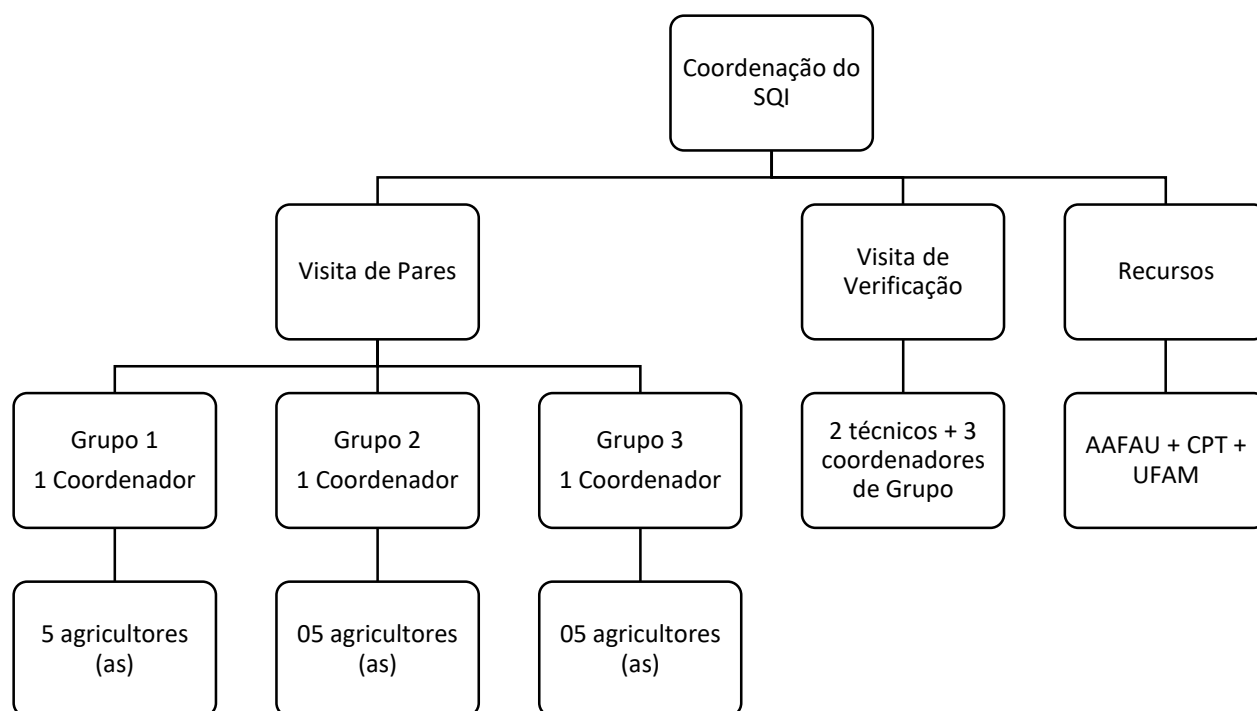


FIGURA 5. Fluxograma do SCI AAFAU.

Somente poderá fazer parte do Grupo, os agricultores que tiverem suas solicitações aprovadas na assembleia ordinária da AAFAU, quando o seu sistema de produção for similar ao sistema agrícola tradicional de cultivo de guaraná do Alto Urupadí. Se aprovado, os agricultores ficarão 12 meses em observação e realizarão todas as atividades do Grupo.

Cada membro deve possuir um caderno de campo que deve ser mantido atualizado na unidade de produção. A coordenação da AAFAU responsável pelo estoque comunitária e o acompanhamento do processamento nas unidades terceirizadas deve manter o registro do controle da produção: ano da safra, código do produtor e número da saca. Quanto ao produto final, a coordenação deverá ter controle dos lotes produzidos com a produção oriunda dos estoques comunitários. A coordenação de transporte é responsabilidade pelo registro da lavagem do barco e controle de entrega das sacas de guaraná nas unidades de processamento.

Etapas da certificação orgânica do guaraná



A AAFAU encaminhou o formulário de solicitação a ECOCERT, descrevendo o produto a ser certificado, tamanho da área e mapa da área. Em seguida, a certificadora realizou a avaliação dos riscos envolvidos na produção de guaraná.

Para conquistar a certificação orgânica, foi necessário cumprir uma série de protocolos e normas estabelecidas na legislação vigente, que trata da produção e da comercialização de produtos orgânicos. Em uma das fases da certificação, a auditora da ECOCERT e os agricultores fizeram incursões nas unidades de produção, inspecionando os guaranazais e verificando o SCI AAFAU, a fim de assegurar que estes garantem a conformidade orgânica do guaraná.

Em 2020, a AAFAU recebeu os certificados de conformidade orgânica do guaraná para o mercado brasileiro, europeu e norte-americano, emitido pela ECOCERT (Figura 6)



FIGURA 6. AAFAU recebeu os certificados de conformidade orgânica do guaraná para o mercado brasileiro.

Fonte: Cedido pelo AAFAU, 2019.

A conquista do certificado de conformidade da qualidade orgânica para o mercado brasileiro, europeu e norte-americano, consolidou ainda mais a iniciativa de valorização do guaraná nativo. Com isso, a AAFAU passou a negociar com empresas nacionais a venda do guaraná nativo, levando em consideração a sustentabilidade dos agricultores familiares.



Conclusões

O cultivo de guaraná nativo se integra em um esquema produtivo mais complexo, nos quais os agricultores asseguram a continuidade das atividades agrícolas por meio do conhecimento tradicional empregado na transposição das mudas nativas de guaraná para os guaranazais cultivados.

Para conquistar esse diferencial, foi necessário cumprir uma série de protocolos e normas estabelecidas na legislação vigente, que trata da produção e da comercialização de produtos orgânicos. Em uma das fases deste processo, desde às incursões nas unidades de produção familiares para o cadastramento e mapeamento dos guaranazais, a fim de assegurar que estes estão condizentes com os critérios descritos na legislação de orgânicos e no Acordo comunitário para produção orgânica do guaraná no Alto Urupadí.

O principal resultado dessa experiência foi o processo de certificação em grupo de agricultores de comunidades tradicionais, que cultivam tradicionalmente o guaraná nativo, denominada neste trabalho de “inovação social”, nos termos de Gutierrez (2015). Para esta autora, uma inovação social supera e engloba a inovação tecnológica e, neste caso, “aparece como novo conceito que envolve soluções efetivas para problemas sociais de modo sustentável e justo, beneficiando a coletividade em vez de indivíduos em particular” (p. 77).

Se no primeiro momento a inovação surgiu da necessidade de se diferenciar dos produtos convencionais e ampliar o acesso aos mercados nacional e internacional. Os agricultores para obter êxito na certificação em grupo, precisaram transcender os critérios tecnocráticos da certificação por auditoria. Ao que parece, com a certificação em grupo, abriu-se um grande leque de possibilidade para certificação orgânica dos produtos dos povos e comunidades tradicionais.

Contudo, mais que ganho financeiro, o que está em jogo é o prestígio que os agricultores adquiriram com o processo de certificação, principalmente quando são abordados nos portos de Maués por moradores de comunidades de outras regiões do município, querendo saber mais sobre mercado orgânico, biofertilizante, compostagem, adubação verde, caldas e microrganismos eficientes, constituindo um complexo “processo de construções de sentido”, nos termos de Gusmão e Carneiros (2015).

Referências

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

BRONDÍZIO, E. S. e SIQUEIRA A. D., “From Extractivists to Farmers: changing concepts of caboclo agroforestry in the Amazon estuary”. *In Research in Economic Anthropology*, v. 18, p 233 - 79, 1997.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020.



EMPERAIRE, L. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na Amazônia brasileira. In: Capobianco, J.-P. (coord.), Biodiversidade da Amazônia, São Paulo, Estação Liberdade- ISA, 2001.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUSMÃO, L. A.; CARNEIRO, M.S. A Socioantropologia do Desenvolvimento e o Processo de Adoção de Inovações Tecnológicas: o caso das roças orgânicas na comunidade Três Poços. *Revista Raízes*, v.35, n.2, jul-dez, 2015.

MCCALLUM, C. Alteridade e sociabilidade Kaxinauí: perspectiva de uma antropologia da vida diária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, 1998.

NODA et al. O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do estado do Amazonas.

POSEY, D. A. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001.

TRICAUD, S., PINTON, F., & PEREIRA, H. D. S. Saberes e práticas locais dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana* Kunth var. *sorbilis*) do médio Amazonas: duas organizações locais frente à inovação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.11, n.1), p. 33-53, 2016.

WITKOSKI, A. C. Terras, Florestas e Águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007